

Artigo



UM ESTUDO SOBRE ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS MUTUALISTAS E RECREATIVAS EM CAMPINAS (1906-1930)

Paula Christina Bin Nomelini*

Resumo:

Esse artigo é um estudo sobre as associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas, entre 1906 e 1930. O principal objetivo é investigar o funcionamento dessas associações, o seu papel na mobilização operária campineira, os espaços sociais que construíram e a maneira como possibilitaram aos trabalhadores negociarem melhorias em suas vidas.

Palavras-chave: Mutualismo, História Social do Trabalho, Campinas (SP).

Abstract:

This article is a study on workers' recreational associations and friendly societies in Campinas in the period between 1906 and 1930. The main goal is to investigate how these associations worked, the role they played in mobilizing workers, the social spaces they built, and the ways they allowed workers to negotiate improvements in their lives.

Keywords: Mutualism, Social History Work, Campinas (SP).

Os recentes balanços historiográficos sobre a história do trabalho descrevem tendências e renovações necessárias para a produção atual, superando a crise vivida nos anos 1990, quando diagnósticos mais pessimistas indicavam o fim dessa área (PETERSEN, 1997; BATALHA, 2002). A percepção da classe operária como plural, heterogênea e em constante formação

* Mestre em História Social do Trabalho – IFCH / Unicamp.

permitiu que as manifestações associativas ganhassem importância nos estudos sobre a sua constituição (HOBSBAWM, 2000). O movimento operário não é mais o único local onde a luta de classes ocorre. A cultura associativa existente entre os trabalhadores brasileiros tornou-se um campo fértil para investigar as práticas e rituais desenvolvidos em diferentes organizações, tais como mutualistas, recreativas, reivindicatórias e sindicais, fornecendo indícios sobre o modo como os trabalhadores percebiam o mundo e a si mesmos (BATALHA, 2004).

Em Campinas, no almanaque de 1912¹, José Rodrigues Pinheiro, um imigrante português que exercia a profissão de barbeiro e cabeleireiro em seu próprio estabelecimento, publicou um anúncio do seu Salão Mousinho. Anexo ao seu salão, existia uma Agência de Jornais e Revistas Estrangeiras (francesas, espanholas e, principalmente, portuguesas), com a oferta de famosos romances da época, tais como Sherlock Holmes. Desde 1904, José Rodrigues Pinheiro fazia parte da diretoria da Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos, associação mutualista que oferecia serviços médicos e farmacêuticos para os associados. Em 1916, era presidente do Sport Club Lusitano e membro do Centro Português 5 de Outubro, organização voltada para a celebração da República Portuguesa e seus ideais, além de oferecer bailes e saraus dançantes.

Essa descrição parece reforçar a idéia de que pequenos proprietários, na maioria imigrantes, que exerciam suas profissões na cidade, obtinham melhores condições de vida por possuírem seus meios de produção e certa qualificação, diferenciando-se dos trabalhadores assalariados. A única identidade articulada por esses sujeitos seria a étnica, baseada no país de origem, criando espaços e formas para evitar ou controlar o processo de integração ao país em que viviam. Porém, a história de Pinheiro traz alguns elementos que desmistificam essa noção simplista.

¹ OCTAVIO, Benedito; MELILLO, Vicente (org). *Almanaque Histórico e Estatístico para 1912*. Campinas: Tipografia Casa Mascote. 1912.

No dia 13 de março de 1912, aos 35 anos, Pinheiro foi proposto como barbeiro para associar-se à Sociedade Humanitária Operária², exercendo o cargo de presidente durante os períodos de 1920-1921 e 1924-1930, destacando-se na reestruturação da associação durante a epidemia de gripe espanhola em 1918. Em março de 1921, Armando Gomes, negro, fundador das oficinas da Companhia Mogiana e um dos fundadores da Liga Humanitária dos Homens de Cor³, indicou José Rodrigues Pinheiro como sócio da Liga, este ingressando como negociante. Como interpretar a presença de Pinheiro em associações baseadas nas identidades operária e negra? Qual o peso dessas identidades, entre as associações mutualistas e recreativas, para delimitar o quadro de associados?

O próprio Armando Gomes também era membro da Sociedade Humanitária Operária, onde exerceu o cargo de procurador de 1915 a 1920, além de fazer parte da diretoria da Sociedade Dançante Familiar União da Juventude.⁴ Gomes atuava em outras associações negras e foi preso na greve dos ferroviários da Companhia Mogiana em 1920, como um dos líderes do movimento por ter sido o presidente da assembléia geral da Sociedade União Operária 1º de Maio, na qual foi decidido iniciar a paralisação. Qual a relação entre as associações mutualistas e recreativas e o movimento operário em Campinas? Como compreender o fato de um fundador negro e um barbeiro português conviverem como operários em uma associação mutualista? Em que momentos essa cultura associativa indica a formação da classe operária? Ou, seu principal significado é criar um espaço para o exercício da democracia e da cidadania entre populares (GUTIERREZ, 1989)?

² A Sociedade Humanitária Operária é uma associação mutualista, que fornecia auxílio-doença, pensões e auxílio-funeral aos associados e foi fundada por trabalhadores de diferentes profissões e etnias em 18 de setembro de 1898.

³ A Liga Humanitária dos Homens de Cor, fundada em 28 de novembro de 1915, por trabalhadores negros e brancos, com a mesma finalidade da Humanitária Operária.

⁴ A Sociedade Dançante Familiar União da Juventude foi criada em 1901, sendo uma associação recreativa freqüentada por negros.

Nas primeiras décadas do século XX, o parque industrial campineiro era diversificado (indústria de bebidas e alimentos, vestuário, móveis, fabricação de máquinas, tipografia, sabão), e a maior parte dos estabelecimentos empregava um pequeno número de trabalhadores. A única exceção foram as oficinas da Companhia Paulista e Mogiana, estradas de ferro que ligavam a região com o restante do estado. Na segunda metade da década de 1920, surgiram novos aspectos que modificaram, a partir de 1930, a organização econômica e espacial de Campinas, tais como a instalação de indústrias têxteis, a migração interna e a formação de bairros urbanos industriais e proletários. Ainda na década de 1920, outra tendência, que se iniciou e ganhou força apenas nos anos 1930 e 1940, é o fato do poder público se colocar como mediador nas relações entre empregador-trabalhador. Algumas intervenções provocaram modificações no funcionamento das associações mutualistas e recreativas, entretanto, não é possível afirmar que, a partir de 1931, grandes alterações surgiram no funcionamento dessas associações. Porém, certas mudanças começaram a se impor nos significados atribuídos às associações pela sociedade em geral.

De Luca (1990, p. 17) vincula o aumento do número de associações mutualistas ao rápido processo de urbanização vivido pelas cidades de São Paulo e Santos. Provavelmente, o aumento do número de associações em Campinas está mais relacionado ao crescimento das relações de trabalho assalariadas e à falta de atuação dos poderes públicos para suprir tais necessidades, legitimando a cidade como o espaço para a atuação da coletividade que buscava resolver seus problemas. Savage (2004, p. 33) afirma que o traço distintivo da vida operária não se apóia só no processo de trabalho, nem só no mercado de trabalho, mas na insegurança estrutural vivida por todos os trabalhadores. A impossibilidade de reprodução autônoma gerava pressões estruturais sobre a vida dos trabalhadores que buscavam em variadas táticas, resolver seus problemas – no lar, nos bairros, nas fábricas. O autor admite que essa insegurança não implica em formação de classe ou união, entretanto, reforça a necessidade de olhar os fatores contextuais que explicam a carência geral

dos trabalhadores em lidar com tal insegurança, e como isso leva a diferentes tipos de resultados culturais e políticos.

Retomando a experiência associativa de José Rodrigues Pinheiro e Armando Gomes, descrita no início do texto, é possível compreender a forma como essa insegurança estrutural atuava entre os trabalhadores e um de seus resultados – a formação de associações mutualistas e recreativas. Fortes (1999, p. 174) afirmou que

A exposição à ‘insegurança estrutural do capitalismo’ está tão presente na criação de formas de sociabilidade características da cultura do proletariado urbano que, para algumas abordagens recentes, esta peculiar exposição aos riscos da existência social sob o capitalismo seria um elemento definidor da própria condição operária. A criação de formas associativas voltadas ao atendimento das demandas dos trabalhadores por proteção frente à doença, à velhice, ao desemprego e às condições adversas ligadas à morte de um familiar teria sido talvez um dos elementos mais característicos do movimento operário em diferentes contextos históricos.

Porém, continua intrigante delimitar quais categorias e profissionais eram considerados trabalhadores. Um barbeiro, proprietário de seu salão e importador de revistas, e um empregado nas oficinas de fundição de uma ferrovia sofreriam os mesmos tipos de problemas causados por essa insegurança? Trabalhador se torna, assim, uma categoria de análise que deve ser definida de acordo com o modo como os próprios sujeitos históricos se denominavam em certo período?

Entretanto, também seria errado afirmar que a demanda por auxílio doença, invalidez e funeral, além das necessidades relacionadas ao lazer, fossem restritas à primeira fase de implantação das relações capitalistas na economia brasileira (FOOT HARDMAN; LEONARDI, 1982). Em Campinas, o auge das associações mutualistas e recreativas aconteceu nas décadas de 1940 e 1950, quando chegaram a ter mais de 1000 associados. Grande parte das associações fundadas pelos trabalhadores nas primeiras décadas do século XX permaneceram

ativas após 1930. É necessário pesquisar qual o sentido atribuído a essas associações e quais funções desempenhavam nesse período, que tipo de associados abrangiam e como se relacionavam com os outros setores da sociedade, principalmente, com os órgãos públicos de previdência.

Durante as primeiras décadas do século XX, trabalhadores de diferentes categorias e etnias pertenciam a diversas associações mutualistas e recreativas em Campinas, organizadas pela Igreja, pelas empresas ou pelos próprios trabalhadores. Através das atas das sessões de diretoria, dos estatutos, dos requerimentos enviados à Prefeitura e dos anúncios em jornais foram identificadas 53 associações mutualistas e recreativas criadas por trabalhadores, 6 associações criadas por empresas e 3 fundadas pela Igreja Católica. Essa listagem indica um número elevado de associações mutualistas e recreativas existentes em Campinas. Nos levantamentos feitos por De Luca (1990, p. 20), para o período de 1855 a 1935, foram localizadas 250 sociedades na cidade de São Paulo, 61 em Santos e apenas 07 no restante das cidades do estado de São Paulo. Isso indica a importância do levantamento em diferentes fontes para compreender a dinâmica associativa nas cidades do interior do estado de São Paulo.

Em Campinas, as organizações fundadas e administradas pelas empresas, em sua maior parte, exigiam que, obrigatoriamente, os trabalhadores se associassem, descontando as mensalidades da folha de pagamento, além de impedir que fossem eleitos para os cargos da diretoria. Nesse tipo de associação, era recorrente o abuso nas cobranças de taxas, jórias e mensalidades, a falta de regularidade na prestação dos auxílios, a utilização do fundo social em prol de interesses privados. As associações criadas pela Igreja Católica evidenciam a presença dessa instituição nas relações trabalhistas, colocando-se como ponto conciliador de tensões, solucionando demandas dos trabalhadores ao negociar com o poder público e o patronato.

A presença numérica inferior dessas associações fundadas pelas empresas e pela Igreja Católica permite observar que os trabalhadores

campineiros, ao fazerem parte de associações criadas e mantidas pelo próprio grupo, buscavam manter uma imagem positiva de seu funcionamento, evitando difamações e conflitos internos.

Os discursos elaborados pelas diretorias de sociedades mutualistas e recreativas, fundadas por trabalhadores, nas assembleias gerais e nas sessões de diretoria, os diplomas adquiridos pelos associados e o estandarte que representava a associação em eventos sociais eram mecanismos que diferenciavam as associações entre si. A função do associado era honrar esses símbolos, demonstrando que pertencer a uma associação fundada por operários, italianos ou negros trazia prestígio social e solucionava problemas cotidianos. Em sessão de diretoria da Sociedade Humanitária Operária, de 19 de março de 1918, o presidente relatava que havia conversado com o “sr Feijó e ele lhe dissera que o sr Ricardo disse que a sociedade não prestava e que a diretoria era uma panela, e que não passava de uma lavanderia, além disso, ainda disse que o diploma de sócio remido que possuía só serviria para quando fosse na privada.” O sócio Ricardo se defendeu, alegando que seria incapaz de falar coisas semelhantes, dizendo que o sr Feijó havia inventado tudo, pois haviam cortado as relações por questões particulares. A diretoria afirmou acreditar em Ricardo, pois Feijó “era um homem que andava sempre com disque-disque a respeito de sociedades e que aquela crítica que saiu na sessão Tome Nota, do *Diário do Povo* a respeito daquele espetáculo em benefício dessa Sociedade tinha sido obra dele.”⁵

As associações mutualistas campineiras ofereciam auxílio-doença, auxílio-invalidez e auxílio-funeral, benefícios que as definiam como mutualistas no momento de fundação. Entretanto, associações recreativas ou de outras finalidades, também poderiam oferecer esses auxílios, que permaneciam em segundo plano.

⁵ Livro de atas das sessões de diretoria e assembleias gerais da Sociedade Humanitária Operária. Arquivo: Centro de Memória da Unicamp.

É interessante notar que o próprio movimento operário discutia a validade da oferta de auxílios para a atuação reivindicatória dos trabalhadores, como mostram os Congressos Operários realizados nas primeiras décadas do século XX. Em abril de 1906, foi organizado o Primeiro Congresso Operário, apresentando “clara influência do sindicalismo revolucionário” (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 41), com credenciamento da Liga Operária de Campinas, representada por Alfredo Vasques e Antonio Augusto do Amaral Chaves. A respeito da relação entre o sindicato de resistência e o mutualismo, foi dada a seguinte declaração pelo Congresso:

Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo, ou cooperativismo seria toda a cargo do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição das suas condições; que essas obras secundárias, embora trazendo ao sindicato grande número de aderentes, quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embaraçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fora constituída – a resistência; o congresso aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim e que, para melhor sintetizar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de sindicato. (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 48)

Na sessão de diretoria do dia 27 de fevereiro de 1906, a Sociedade Humanitária Operária, associação mutualista campineira, decidiu que sua sede social seria junto com a Liga Operária de Campinas, na rua Ferreira Penteado nº 171. Em junho de 1906, a Liga comunicou que iria mudar sua sede, ressaltando que o aluguel da sala no novo prédio seria maior. A Humanitária Operária mudou para a nova sede da Liga, a rua Regente Feijó, nº 39, em julho do mesmo ano.

Entretanto, em outubro de 1906, o zelador da Sociedade Humanitária Operária lança em ata uma proposta para pagarem um aluguel menor, sendo que a Liga se mostra irredutível na negociação. Outro fato, porém, parece esclarecer os motivos da insatisfação da diretoria da Humanitária Operária.

O Sr. Presidente pede aos srs Magnus Gustavson, Antonio Boza, Germano de Souza informá-lo se é certo, que o sr Francisco Rios, zelador da Liga Operária, propôs em Assembléia última dessa, a eliminação da Sociedade Humanitária Operária da sua sede; respondendo essas afirmativamente e sendo ainda por fim confirmado pelo sr Vice Presidente.

O incidente gerou a convocação de uma assembléia geral extraordinária, em 15 de novembro de 1906, para que os sócios votassem se deveriam ou não pagar 35\$000 de aluguel para a Liga Operária. Numa primeira votação, essa proposta foi aceita. Entretanto, um requerimento assinado por 33 sócios fez com que a assembléia tivesse poderes para decidir sobre a mudança de sede da Sociedade Humanitária Operária.

O sr Presidente pede a palavra, declarando que esta Assembléia fora convocada só para tratar-se da mudança da sede social. E propõe que a resolução seja feita por meio de escrutínio secreto, devendo suspender-se a sessão por 10 minutos para os srs sócios muniram-se de suas cédulas, nas quais deverão esclarecer se devemos ficar ou mudar. Proposta esta que foi aceita. ... Em seguida, autoriza o 1º Secretário proceder a chamada verificando-se 59 chapas, as quais apuradas deram o seguinte resultado: 35 a favor da mudança e 24 contra, ficando pois resolvido a mudança da sede oficial.⁶

Alguns aspectos intrigantes se destacam desse episódio. Em primeiro lugar, há sócios da Liga Operária que pertenciam ao quadro de associados da Sociedade Humanitária Operária, apesar do combate ideológico as associações mutualistas pelo movimento operário. O fato da Humanitária Operária ter sua sede junto à Liga Operária parecia aproximar essas duas sociedades, principalmente em um ano de greve dos ferroviários da Companhia Paulista e

⁶ Livro de atas das sessões de diretoria e assembléias gerais da Sociedade Humanitária Operária. Arquivo: Centro de Memória da Unicamp.

outros setores (1906), quando a Liga Operária de Jundiaí e de Campinas desempenharam papel importante nas negociações.

Portanto, é possível concluir que, no início do século XX, em Campinas, várias organizações operárias conviviam simultaneamente. As associações mutualistas poderiam se relacionar com sociedades reivindicatórias, e organizações recreativas poderiam oferecer benefícios mutualistas. Essa realidade permitiu que vários trabalhadores se associassem em diferentes sociedades, construindo uma rede de relacionamentos que possibilitava uma ampla representatividade social.

A decisão adotada pelo Congresso de 1906 parece ter influenciado a forma como alguns associados da Liga Operária interpretavam a relação desta com a sociedade mutualista. Isso pode explicar a decisão da Humanitária Operária de não mais dividir sede com associações, buscando um espaço próprio e independência, após o incidente em que membros da Liga votavam pela eliminação da associação mutualista da sede. Entretanto, a Liga Operária manteve contato com a Humanitária Operária enviando comunicados e convites para a posse dos novos conselhos de 1907 a 1910. A relação próxima da Liga Operária com associações mutualistas pode ser interpretada como uma estratégia para conquistar novos sócios e manter a associação, problema recorrente nos questionamentos elaborados pela Liga Operária de Campinas em outros congressos.

O fato da Liga Operária de Campinas encontrar dificuldades para manter a frequência e o número de associados indica que os benefícios oferecidos pelas associações mutualistas e recreativas exerciam maior apelo entre os trabalhadores campineiros e possibilitavam a sobrevivência financeira dessas sociedades. O debate nesses congressos operários evidencia que era priorizada a organização “dos operários ‘conscientes’, mesmo que em pequeno número, ao invés de atrair para as organizações o conjunto dos trabalhadores, independentemente do seu grau de politização” (FORTES, 1999, p. 180). Talvez, existia na Liga Operária de Campinas uma tensão entre adotar essa postura

defendida nos congressos, que dificultava a sobrevivência financeira da sociedade, e aderir a outras práticas que pudessem atrair maior número de associados, nem sempre relacionadas com o âmbito reivindicatório.

As associações recreativas campineiras ofereciam bailes, saraus, o aluguel dos salões para outras entidades realizarem festividades e reuniões, possuíam ou contratavam bandas, músicos, construíam bibliotecas, disponibilizavam aulas de música, de danças, convidavam oradores para discorrer sobre a associação ou temas relevantes em datas comemorativas, ofereciam jogos de baralho, bilhar e ping-pong, além de encenarem peças teatrais, ensaiadas entre os próprios associados. O jogo era muito fiscalizado pelos poderes público e policial, que buscavam reprimir a ilegalidade de certos tipos de jogos, restando os espaços promovidos pelas associações recreativas como um dos únicos, onde a prática dos jogos oferecidos era legal. A maior parte das associações recreativas pesquisadas buscava aprimorar os divertimentos oferecidos, cuidando da reputação da organização, para que atraísse associados pela sua imagem moral e pela qualidade de seus serviços.

A organização de bailes, quermesses e peças teatrais permite explorar a atuação das mulheres nas associações recreativas. Em algumas sociedades, elas possuíam uma diretoria própria, eleita junto com a masculina. As associadas sempre se destacavam na formação de comissões que promoviam bailes, eram responsáveis pela decoração, ensaiavam e atuavam nas peças teatrais, trabalhavam nas barracas e arrecadavam as prendas para as quermesses. Além disso, era um dos atrativos dos bailes e saraus dançantes promovidos pelas associações recreativas, existindo regras e mudanças de horário para assegurar a presença de grande quantidade das mulheres. O prestígio e progresso de uma associação recreativa poderiam ser medidos pelo número de mulheres que a freqüentavam e como eram suas condutas morais. Tanto na Sociedade Grêmio Luis de Camões, quanto na Sociedade Dançante Familiar União da Juventude, havia a preocupação constante das diretorias para garantirem um número

razoável de mulheres nos bailes, permitindo que os homens conseguissem pares para dançar sem dificuldades.

As associações operárias recreativas eram espaços de lazer que procuravam funcionar de acordo com os valores morais defendidos pela sociedade campineira, construindo uma imagem que valorizava as mulheres que freqüentavam esse ambiente. Isso era importante porque distanciava os trabalhadores e suas famílias da classificação adotada pela imprensa campineira para aqueles que praticavam atos condenáveis – os “vagabundos”. No jornal *A Cidade de Campinas*, de 19 de janeiro de 1907, houve uma denúncia de “vagabundos de ambos os sexos que se comprazem em dar espetáculos triste aos transeuntes”. De acordo com a nota, esses vagabundos soltavam impropérios, dificultavam o trânsito, armavam brigas, exibiam cenas de alcoolismo, sendo necessário que “pelo bem da moralidade e do sossego público”, a polícia deveria agir energicamente.

Para as associações operárias recreativas organizadas e freqüentadas por negros, havia uma preocupação maior em construir uma imagem diferente daquela publicada na imprensa. A restrição ao uso de bebida alcoólica e a preocupação com as roupas utilizadas na sede e com os comportamentos adotados pelos associados eram mais discutidas pela diretoria dessas associações, gerando uma fiscalização mais rigorosa.

A partir dessas observações, pode-se deduzir que o funcionamento das organizações mutualistas e recreativas é semelhante em diferentes locais e temporalidades. Entretanto, durante os anos iniciais da República, esse mecanismo administrativo pode ser interpretado como uma prática democrática, que valorizava a figura do trabalhador na sociedade. Em Campinas, durante as três primeiras décadas do século XX, o funcionamento dessas associações indicava a possibilidade de uma vivência coletiva pautada em ideais democráticos, visíveis principalmente, nas assembléias gerais, que defendiam o escrutínio secreto e no uso dos estatutos, para legitimar as ações das diretorias e associados. Provavelmente, um dos objetivos procurados pelos associados

nas organizações mutualistas e recreativas era a valorização social do trabalhador como cidadão.

Os benefícios que as associações mutualistas e recreativas ofereciam iam além dos auxílios concretos, significando espaços para a afirmação de identidades e memórias. Nessas memórias, é possível se aproximar da individualidade dos associados, da sua relação com a família, com amigos e com as próprias associações, enquanto as identidades permitem avaliar o modo como esse mesmo associado buscava ser reconhecido, enquanto pertencente a um grupo social. Um dos aspectos mais intrigantes e estimulantes da problematização das associações mutualistas e recreativas é a possibilidade de refletir sobre as conexões entre a individualidade e o grupo, entre o modo como o trabalhador buscava se definir e as maneiras como se inseria na sociedade, a maneira como as associações lidavam com a mobilização dos aspectos individuais e coletivos para sua manutenção.

Diante do quadro diverso de associações criadas por trabalhadores em Campinas, é possível afirmar que não era só a identidade operária que os mobilizava, mas também as identidades étnica e nacionais. Embora o assalariamento e a exploração pudessem gerar grandes dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores, elas não impediram o convívio próximo entre trabalhadores italianos, negros, portugueses, espanhóis ou filhos de imigrantes nos bairros, botequins e bailes, pois os locais de trabalho concentravam um pequeno número de operários. Dessa maneira, o processo de implantação das indústrias em Campinas não impediu que as identidades étnica e nacionais fossem tão latentes quanto a operária para definição desses trabalhadores enquanto grupo social.

As associações compostas por trabalhadores e organizadas a partir das identidades nacionais – portuguesas, espanholas, italianas – evidenciam a construção dessa identidade ao utilizarem a língua de origem nos convites e relatórios produzidos pelas organizações, ao se dedicarem a comemorar datas e personagens referentes ao país natal, ao promover festas, palestras e competições esportivas típicas.

Uma das questões mais intrigantes é a formação da identidade negra entre os trabalhadores campineiros, que se colocava a partir de diferentes diretrizes. Uma delas estava presente na Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora, associação formada por ferroviários que pretendiam homenagear a figura monárquica considerada responsável pela libertação dos escravos. Outro tipo de identidade construída entre os trabalhadores negros estava presente no funcionamento da Liga Humanitária dos Homens de Cor, na Sociedade Dançante Familiar União da Juventude, na Federação Paulista dos Homens de Cor, no Colégio São Benedito. Nessas organizações havia a “luta pelo engrandecimento da raça”, principalmente através da educação, da construção de uma imagem que valorizasse o negro, distanciando-o das bebidas alcoólicas, das situações consideradas imorais, da pobreza e miséria.

A imprensa negra de Campinas (SANTOS, 2003) se colocava como veículo para denunciar as práticas preconceituosas existentes na sociedade. O jornal *O Getulino* circulou em Campinas durante a década de 1920, discutindo várias temáticas referentes ao negro na sociedade republicana democrática, tais como o acesso à educação, ao trabalho, a questão da imigração, a formação da “raça brasileira” e o papel do negro nesse processo. Em todos os exemplares consultados, havia anúncios das associações negras campineiras, recreativas e mutualistas, divulgando seus eventos.

Portanto, a experiência associativa dos trabalhadores campineiros revela que, ao mobilizarem a identidade operária, esses trabalhadores poderiam associar-se a sociedades reivindicatórias, mutualistas e recreativas, além de participarem de movimentos grevistas. Esses trabalhadores poderiam agir na sociedade campineira a partir de ideais defendidos por determinadas correntes do movimento operário, aderindo aos movimentos grevistas, associando-se em organizações fundadas pela Igreja para os trabalhadores, criando sociedades mutualistas e recreativas. A partir da identidade operária, o trabalhador poderia escolher entre essas diferentes formas de atuação na sociedade, porém essas escolhas geravam divisões e tensões entre os trabalhadores, que lutavam para

que apenas uma forma de atuação predominasse entre os operários, concorrendo muitas vezes com setores sociais diversos que atuavam na organização dos trabalhadores.

Essa experiência associativa também revelou que os trabalhadores exploravam as diferenças culturais existentes, criando soluções para problemas e exclusões vivenciados na sociedade republicana, a partir das identidades étnica e nacionais. A identidade negra, construída em diversas associações mutualistas, recreativas e reivindicatórias, indica que o passado escravista exercia forte influência nas relações sociais e trabalhistas em Campinas. Além de trabalhadores, várias situações de confronto e de exclusão indicavam que o fato de ser negro era um problema vivenciado por esses trabalhadores na sociedade campineira. Dentro desse grupo, também havia diversas formas para que os negros atuassem em prol de uma inserção social, podendo se colocar como admiradores da princesa Isabel, em função de ter proclamado a abolição da escravidão, ou reivindicando um posicionamento mais ativo no processo de libertação.

As associações organizadas a partir origem nacional dos imigrantes buscavam oferecer serviços e auxílios que atingissem os interesses existentes em qualquer classe social, possibilitando o agrupamento de imigrantes e seus descendentes, independente da função desempenhada nas relações econômicas. A maior parte das associações pesquisadas apresenta relações próximas com a nação de origem, com seus representantes no Brasil, organizam os festejos referentes às datas comemorativas mais expressivas e oferecem hospitais, palestras, jogos e bailes. Algumas sociedades defendiam o caráter republicano do país de origem, outras o caráter monárquico, executavam as músicas típicas, competições de jogos referentes a suas tradições culturais. Entretanto, a participação dos trabalhadores menos qualificados nessas organizações era pouco expressiva, pois as mensalidades eram mais elevadas.

Pode-se concluir que os trabalhadores campineiros, ao organizarem e administrarem associações mutualistas e recreativas, criavam seus próprios

espaços de sociabilidade, adotavam símbolos e rituais administrativos que dignificavam a figura do associado e praticavam ideais democráticos no convívio em grupo, tornando-se capazes de participar dos debates políticos para a construção da recém-proclamada sociedade republicana. Esses trabalhadores associados procuravam ser reconhecidos pelos outros setores da sociedade como cidadãos, ou seja, como pessoas alfabetizadas, ordeiras e pacíficas, cumpridoras das normas morais vigentes, utilizando, para isso, as possíveis identidades (operária, étnica e nacional) que permitiam a formação e manutenção dessas organizações.

Artigo recebido em setembro de 2008; aprovado em novembro de 2008.

Referências Bibliográficas

BATALHA, Cláudio H. M. História do trabalho: um olhar sobre os anos 1990. *História*, São Paulo. n. 21, 2002.

_____. “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República” In: BATALHA, Cláudio H M. et al (org). *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 95-120.

DE LUCA, Tânia R. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990, 172 p.

FOOT HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Vitor. *História da*

indústria e do trabalho no Brasil. São Paulo: FTD, 1982, 336 p.

FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. *CADERNOS AEL Sociedades operárias e mutualismo*, Campinas, vol. 6, n 10/11, p. 171-218, 1999.

GUTIERREZ, Leandro H; ROMERO, Luis A. Sociedades barriales, bibliotecas populares y cultura de los sectores populares:

Buenos Aires, 1920-1945. *Desarrollo Económico*, Cidade, vol. 29, n. 113, p. 33-62, abril-junio 1989.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo S. *A classe operária no Brasil documentos. 1889-1930. O movimento operário*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, 320 p.

HOBBSBAWM, E. J. *Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre História Operária*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, 460 p.

PETERSEN, Silvia. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. *Anos 90*, n 8, Porto Alegre, p. 62-78, dez 1997.

SANTOS, José A. *Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa. Pelotas (1907-1957)*. Pelotas: Universitária, 2003.

SAVAGE, Mike. “Classe e história do trabalho”. In: BATALHA, Cláudio H M. (et. al.) (org.). *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 25-48.